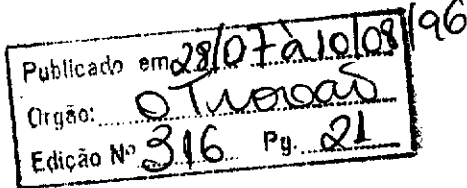




Prefeitura Municipal de Ecoporanga.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI MUNICIPAL Nº 733/96 - DE 23 DE JULHO DE 1996



Dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Defesa do consumidor - SMDC, institui a Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON - Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON - e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo, usando de suas atribuições legais;

Faz saber que o plenário da Câmara Municipal aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

CAPITULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - A presente Lei estabelece a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC, nos termos dos arts. 59, inciso XXXII e 170, inciso V da Constituição do Estado do Espírito Santo e Lei Orgânica do Município.

Art. 2º - São órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor SMDC;

I - a Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON;

II - o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON.

Parágrafo Único - Integram o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, os órgãos federais, estaduais e municipais e as entidades privadas que se dedicam à proteção e defesa do consumidor, sediado no município.

CAPITULO II DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR PROCON

Art. 3º - Fica instituído o PROCON Municipal, destinado a promover e implementar as ações direcionadas à formulação da política do Sistema Municipal de Proteção, orientação, defesa e educação do consumidor.

Art. 4º - O PROCON Municipal ficará vinculado ao Poder Executivo Municipal.



Prefeitura Municipal de Ecoporanga

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 59 - Constituem atribuições permanentes do PROCON Municipal:

- I - Assessorar o Prefeito Municipal na formulação a Política do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor;
- II - Planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política do Sistema Municipal de Defesa dos Direitos e Interesses dos Consumidores;
- III - Receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias, sugestões apresentadas por consumidores, por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- IV - orientar permanentemente os consumidores sobre os direitos e garantias;
- V - Fiscalizar as denúncias efetuadas, encaminhando à assistência jurídica e ao Ministério Público, as situações não resolvidas administrativamente;
- VI - Incentivar e apoiar criação e organização de órgãos e associações comunitárias de Defesas do Consumidor e apoiar as já existentes;
- VII - Desenvolver palestras, campanhas, feiras, debates e outras atividades correlatas;
- VIII - Atuar junto ao sistema formal de ensino, visando incluir o tema "Educação para Consumo" nas disciplinas já existentes, de forma a possibilitar a informação e formação de uma nova mentalidade nas relações de consumo;
- IX - Colocar à disposição dos consumidores mecanismos que possibilitem informar os menores preços dos produtos básicos;
- X - Manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, divulgando-o pública e anualmente, (art. 44, da Lei nº 8.078/90), e registrando as soluções;
- XI - Expedir notificações aos fornecedores para prestarem informações sobre reclamações apresentadas pelos consumidores;
- XII - Fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90);
- XIII - Funcionar, no processo administrativo, como primeira instância de julgamento, de cujas decisões caberá recurso ordinário ao Órgão de Proteção de Defesa do Consumidor Estadual;
- XIV - Prestar todas as informações concernentes aos processos em trâmite no Órgão Municipal nos quais tenha sido interposto recurso ao PROCON Estadual, na medida de suas solicitações, sob pena de incorrer em nulidade das decisões proferidas;
- XV - Solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização para a consecução de seus objetivos.

| | |
|--------------|---------------|
| Publicado em | 28/07/2008/96 |
| Orgão: | O. J. J. J. |
| Edição Nº | 316 Pg. 21 |



Prefeitura Municipal de Ecoporanga

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DA ESTRUTURA

Art. 6º - A Estrutura Organizacional do PROCON Municipal será a seguinte;

- I - Coordenadoria Executiva;
- II - Serviço de atendimento ao Consumidor;
- III - Serviço de Fiscalização;
- IV - Serviço de Educação e Orientação ao Consumidor;
- V - Serviço de Apoio Administrativo.

Art. 7º - A Coordenadoria Executiva será dirigida por Coordenador Executivo, e os serviços por funcionários da municipalidade devidamente treinados e credenciados pelo PROCON/ES.

Art. 8º - O Coordenador Executivo do PROCON Municipal e demais membros serão designados pelo Prefeito Municipal.

Art. 9º - As atribuições da estrutura básica serão regulamentada pelo regimento interno.

DOS RECURSOS HUMANOS

Art. 10 - O poder Executivo Municipal colocará a disposição do PROCON, os recursos humanos necessários para o funcionamento do órgão.

Parágrafo Único - Os funcionários cujas atribuições sejam atendimento e fiscalização serão treinados e Credenciados pelo PROCON ESTADUAL, em conformidade com Convênio a ser firmado entre o Município e o Estado.

Art. 11 - O Poder Executivo Municipal dará todo suporte necessário, no que diz respeito a bens materiais e recursos financeiros par o perfeito funcionamento do órgão .

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 12 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Município.

Art. 13 - Caberá ao Poder Executivo Municipal autorizar e aprovar o Regimento Interno do PROCON que fixará o desdobramento dos órgãos previstos, bem como as competências e atribuições de seus dirigentes.

Art. 14 - As atribuições do PROCON e Competencia do Dirigente de que se trata esta Lei serão exercidas na conformidade da legislação pertinente, podendo ser modificadas mediante resolução do Poder Executivo Municipal.



Prefeitura Municipal de Ecoporanga

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CAPITULO III DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR CONDECON

Art. 15 - Fica instituído o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON, com as seguintes atribuições:

- I - Atuar na formulação de estratégias e no controle da Política Municipal de Defesa do Consumidor;
- II - Estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração dos projetos e dos planos de defesa do consumidor;
- III - Elaborar, revisar e atualizar as normas referidas na Parágrafo 1º do Art. 55 da Lei nº 8.078/90.

Art. 16 - O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor será composto por representantes do Poder Público e entidades representativas de fornecedores e consumidores assim discriminados:

- I - O Coordenador Municipal do PROCON;
- II - O representante do Ministério Público da Comarca;
- III - Um representante da Secretaria de Educação;
- IV - Um representante da Vigilância Sanitária;
- V - Um representante da Secretaria de Finanças ou Fazenda;
- VI - Um representante da Secretaria da Agricultura;
- VII - Organismo de representação das entidades comerciais, industriais, sindicatos e associações comunitárias.

Parágrafo 1º - O Coordenador Executivo do PROCON e o representante do Ministério Público em exercício na COMARCA são membros natos do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor.

Parágrafo 2º - Todos os demais membros serão indicados pelos órgãos e entidades representados, sendo investido na função de conselheiros através da nomeação pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo 3º - As indicações para nomeação ou substituição de conselheiros serão feitas pelas entidades ou órgãos, na forma de seus estatutos.

Parágrafo 4º - Para cada membro será indicado um suplente que o substituirá, com direito a voto, nas audiências ou impedimento do titular.

Parágrafo 5º - Perderá a condição de Membro do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor o representante que, sem motivo justificado deixar de comparecer a 3 (Três) reuniões consecutivas ou a 6 (Seis) alternadas no período de 1 (Um) ano.

Parágrafo 6º - Os órgãos e entidades relacionadas neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes, obedecendo ao disposto no, Parágrafo 2º deste artigo.

Parágrafo 7º - As funções de membros do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado relevante serviço à promoção e preservação da ordem econômica local.



Prefeitura Municipal de Ecoporanga

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 17 - O Conselho será presidido pelo Coordenador do PROCON.

Art. 18 - O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, sempre que convocado pelo Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros.

Parágrafo 1º - As sessões plenárias do Conselho instalar-se-ão com maioria de seus membros, que deliberarão pela maioria dos votos dos presentes.

Parágrafo 2º - Ocorrendo falta de quorum mínimo para instalação do plenário, automaticamente será convocada nova reunião, que acontecerá 48 horas após, com qualquer número de participantes.

CAPITULO IV

DISPOSICOES FINAIS

Art. 19 - No desempenho de suas funções, os órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor poderão manter convênios de cooperação técnica e de fiscalização com os seguintes órgãos e entidades, no âmbito de suas respectivas competências;

I - Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor - DPDC, da Secretaria de Direito Econômico - SDEMJ;

II - Grupo Executivo de Proteção e Defesa do Consumidor PROCON/ES;

III - Promotoria de Justiça do Consumidor;

IV - Juizado de Pequenas Causas;

V - Delegacia de Polícia;

VI - Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária;

VII - INMETRO;

VIII - SUNAB;

IX - Associações Cívicas e Comunitárias;

X - Receita Federal e Estadual;

XI - Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional;

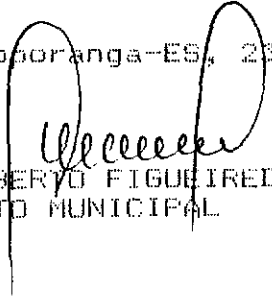
Art. 20 - Consideram-se colaboradores do Sistema Municipal de defesa do Consumidor as Universidades e as Entidades Públicas ou Privadas, que desenvolvam estudos e pesquisas relacionadas ao mercado de consumo.

Parágrafo Único - Entidades, autoridades, cientistas e técnicos poderão ser convidados a colaborar em estudos ou participar de comissões instituídas pelos órgãos de proteção ao consumidor.

Art. 21 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22 - Revogam-se as disposições em contrário.

Ecoporanga-ES, 23 de Julho de 1996


FRANCISCO ROBERTO FIGUEIREDO GOMES
PREFEITO MUNICIPAL

| | |
|--------------|------------------|
| Publicado em | 28/07 à 10/08/96 |
| Orgão: | O Trovador |
| Edição N° | 316 Pg. 21 |